



RELATÓRIO E CONTAS 2018



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Terminado mais um ano, repleto de desafios, reiteramos os valores que temos assumido ao longo deste mandato. Mantivemos a dedicação, compromisso e perseverança, zelando sempre pelo bom nome e funcionamento da instituição.

Gerimos o AC MicroBanco, Lda. com foco nos três pilares de referência: excelência para fazer mais e melhor; progresso para gerar valor com estabilidade, sustentabilidade e proficiência; conformidade para estar em sincronia com valores éticos e normativos legais.

SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os resultados do AC MicroBanco no ano de 2018, continuaram claramente a serem afectados por um ambiente macroeconómico desfavorável, o que afectou a liquidez global do mercado, bem como a capacidade dos clientes na aquisição de novos créditos devido ao risco de incumprimento do serviço de dívida.

Face a decline generalizado dos negócios e do consumo na economia, o ano de 2018 foi um ano atípico para o AC MicroBanco pois mostrou-se, sob ponto de vista económico-financeiro, um ano árduo na medida em que se registou um prejuízo líquido de 2,166.17 milhares de Meticais (2017: 3.337,99 milhares de meticais), não tendo-se verificado durante o exercício crédito em incumprimento.

Não obstante o resultado negativo que se declara, é importante destacar determinadas medidas implementadas pelo AC MicroBanco com o objectivo de garantir a contenção de alguns elementos de custos operacionais, que consistiram na contínua optimização da imparidade de crédito, racionalização de custos com colaboradores. Comparativamente ao exercício de 2017, registou-se incremento nos gastos gerais administrativos em 41%, resultantes da inflação e do início de amortização dos ativos intangíveis.

É de referir que o volume da Carteira de Crédito e a adopção do novo modelo de imparidade IFRS 9, o qual contribuiu para o aumento de provisões (imparidades), afectaram negativamente nos resultados e nos fundos próprios.

Perspectiva para 2019

Dada a provável continuidade de agravamento do contexto macroeconómico o AC MicroBanco irá executar as suas aspirações ou pretensões de crescimento com um nível de zelo forte, para assegurar que os resultados a atingir sejam mensurados a um nível de risco aceitável pois a instituição acredita que com os modelos de serviço e de controlo adequados, o mercado ainda oferece oportunidades de crescimento em vários sectores de actividade.

Para o ano 2019, o AC MicroBanco vai melhorar as linhas estratégicas de consolidação e crescimento sustentável de negócio, assumindo o compromisso de transformar a instituição em melhor e mais eficiente Instituição de Microfinanças (IMF's), e como ferramenta de geração de emprego e renda sustentável.

O nosso plano estratégico (2019-2022) assenta num programa de transformação que passa pelo aumento na disponibilidade imediata dos nossos produtos e serviços bancários, pelo aumento de eficiência operacional, pela especialização dos nossos colaboradores, e pelo reforço de capital, através de suprimentos, destinado a conferir maior solidez e robustez a instituição.

DECLARAÇÕES DE VISÃO, MISSÃO E VALORES

Missão do AC MicroBanco

Prestar serviços financeiros às populações de baixa e média renda, com agilidade e competência, visando a criação de valor aos sócios e a sociedade.

Visão do AC MicroBanco

Ser reconhecida como a melhor e mais eficiente Instituição de Microfinanças e como ferramenta de geração de emprego e renda sustentável.

Valores do AC MicroBanco

Transparência: Ser transparente nas relações internas externas;

Ética: Ser honesto e justo nas atitudes e ações;

Prontidão: Vitalidade e aprendizagem contínua;

Solidariedade: Prática da cooperação com harmonia as relações interpessoais internas e externas;

Inovação: Transformar necessidades em oportunidades;

Bravura: Ser ousado e prudente para superar desafios e conquistar o sucesso tendo foco nas pessoas e seus resultados;

Responsabilidade: Utilizar critérios justos com clientes, acionistas, colegas, fornecedores e sociedade.

Objecto Social

Concessão de empréstimos a empresas com atividades industriais, comerciais ou de serviços e a pessoas físicas, do segmento de baixa e média, que geralmente necessitam de financiamentos de curto ou médio prazo.

Estratégia 2019-2022

A estratégia do AC MicroBanco evidencia a lógica e a sustentabilidade da decisão de investimento dos seus sócios. O cerne desta estratégia situa-se no relacionamento com o cliente que é suportada pelos seguintes pilares:(i) Segmentação clara do seu grupo alvo para oferecer produtos e serviços adequados e de qualidade as suas necessidades, (ii) Fidelização dos seus clientes com o objetivo de fazer com que estes continuem, com frequência, obtendo produtos do AC MicroBanco e resistindo às ofertas da concorrência, (iii) Comunicação direcionada ao cliente certo, para melhorar o índice de rentabilidade dos activos, (iv) investimento no capital humano para atingir os objectivos traçados, (v) criar e manter políticas e procedimentos apropriados para guiar o funcionário bem como o seu apoio logístico (vi) alcançar a sustentabilidade através da definição do preço certo e na redução as despesas gerais, (vii) Assegurar a supervisão, controlo, e mitigação do apetite do risco de negócio.

O AC MicroBanco reconhece que o actual modelo e estrutura operacional é mais exigente e complexa em termos de regulamentos, Governação corporativa e compliance. Apesar destes desafios, a estratégia da instituição é de manter-se impreterivelmente associado a este modelo em cumprimento das directivas dos sócios e do Governo do Banco de Moçambique.

1.3. ORGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Órgãos Sociais

Em 31 de Dezembro de 2018, a composição dos órgãos sociais do AC MicroBanco era a seguinte:

Assembleia Geral

Cláudia Sandra Alfredo Chilaule
Alfredo Francisco Chilaule
Celso Alfredo Chilaule

Conselho de Administração

Eng. Alfredo F. Chilaule – Director Executivo
Dra. Saquina Gulamo R. A. Samimo
Dra. Vânia Chongo (¹) Aguardando a Aprovação do Banco de Moçambique.

Fiscal Único

Ismael Jose Manuel Nhacucue

Modelo De Gestão

A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade e as suas deliberações tomadas nos termos da lei são vinculativas para os sócios e para o Conselho de Administração.

A gestão corrente da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um mínimo de três e máximo de cinco Diretores os quais poderão ser sócios ou pessoas estranhas a sociedade que reúnam a devida competência técnica. Compete ao Conselho de Administração administrar, representar a sociedade e exercer os mais amplos poderes de gestão na prossecução do objeto social, dentro dos limites da lei, dos estatutos e das deliberações da Assembleia Geral.

A fiscalização da sociedade é exercida por um fiscal Único que devera ser um auditor externo a ser aprovado pela Assembleia Geral. O fiscal Único pronuncia-se sobre relatório e contas do Conselho de Administração antes da aprovação da Assembleia Geral. As demonstrações financeiras do AC MicroBanco são auditadas por empresa de Auditoria Externa Independente e igualmente sujeitas à fiscalização e supervisão do Banco de Moçambique.

Governança Corporativa “Compliance”

O AC MicroBanco busca permanentemente aperfeiçoar seus processos e ações, visando adotar

as melhores práticas de governança corporativa, com a finalidade de disponibilizar informações relevantes para seus usuários e tratamento justo aos acionistas e a todas as partes interessadas.

O modelo de governança corporativa do AC MicroBanco está fundamentado nos princípios de Rigor, Transparência na informação, Segurança das aplicações, Responsabilidade Organizacional e Pessoal pelas próprias ações, Integridade, e Respeito pelos interesses confiados.

1.4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento Económico Internacional

A nível internacional, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projectou crescimento da economia mundial para 2018 em 3,7%, fruto essencialmente à atividade económica das economias avançadas e das economias emergentes e em vias de desenvolvimento.

Para 2019, O Fundo Monetário Internacional reviu em baixa a projeção de crescimento da economia mundial, apontando agora para 3,5% em 2019 e 3,6% em 2020, menos 0,2 e 0,1 pontos percentuais (p.p.).

Para as economias emergentes, o FMI prevê que o crescimento recue de 2,3% em 2018 para 2% em 2019, e para 1,7% em 2020. Quanto aos países em desenvolvimento, o crescimento deverá cair de 4,6% para 4,5% em 2019, mas em 2020 o PIB destes mercados emergentes melhora para 4,9%.

Na África subsaariana, o crescimento deve aumentar de 2,9% em 2018 para 3,5% em 2019, e 3,6% em 2020*, em virtude da diminuição da incerteza de políticas e da melhoria dos investimentos nas grandes economias, juntamente com o crescimento contínuo robusto dos países sem muitos recursos naturais.

Enquadramento Económico Nacional

Em Moçambique, o ano de 2018 fica indubitavelmente marcado pela drástica alteração de circunstâncias macroeconómicas, determinadas pelas incertezas sobre a retoma da economia moçambicana após a recessão do exercício 2017.

Da informação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia moçambicana cresceu, em termos reais, 3,1% em 2018, não obstante ter sofrido uma ligeira desaceleração de 0,1pp, comparativamente a 2017. O desempenho da atividade económica em 2018 é atribuído, em primeiro lugar, ao setor primário, que cresceu 4,7%* e, dentro deste, o destaque vai para “o ramo da indústria de extração mineira com cerca de 14,4% de incremento”.

Para 2019, O Fundo Monetário Internacional prevê que a economia moçambicana possa crescer entre 4% a 4,7% se determinadas condições, tais como a paz e o pagamento do Estado a fornecedores, forem cumpridas.

A ligeira desvalorização do Metical face às principais moedas estrangeiras de transação no mercado moçambicano, principalmente o Dólar e Rand, também contribuiu para o aumento da inflação. A suspensão de financiamento por doadores, e a desaceleração económica geral, continuaram a ser os principais contribuintes para a situação económica actual e do ambiente de negócio em Moçambique. O actual momento, particularmente adverso, tem obrigado os Bancos a reanalisarem os seus planos estratégicos e de negócios, bem como a sua organização interna.

A busca de novas fontes de receitas internas e externas, a racionalização de custos, a optimização da gestão dos Recursos, com principal ênfase para o Capital Humano, a busca incessante da excelência operacional, para melhor servir os Clientes, a adequação dos Bancos às boas práticas bancárias e a gestão eficiente dos riscos associados à actividade, terão que ser, cada vez mais, factores de preocupação na agenda dos gestores bancários e será neste caminho que o MicroBanco irá desenvolver a sua actividade, por forma a garantir a sustentabilidade da Instituição, afirmando-se cada vez mais no apoio à economia nacional.

Em 2018 o Banco de Moçambique tomou diversas medidas correctivas para conter a situação inflacionária que se registou, tendo o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique mantido as taxas de Juros da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) e da Facilidade Permanente de Cedência (FCD) em 11,25% e 17,25%, respectivamente, bem como os coeficientes de Reservas Obrigatórias (RO) para passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira em 14,00% e 27,00%, respectivamente.

Nos próximos anos estima-se que Moçambique continuará a ser o lugar privilegiado para o investimento directo estrangeiro especialmente nas áreas de recursos minerais e hidrocarbonetos. A recente descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma abre melhores perspectivas económicas do médio e longo prazo em Moçambique.

1.5. SÍNTESE DA ACTIVIDADE DE NEGÓCIO

Em 2018, o foco na estratégia definida pelo Conselho de Administração, assentou na proximidade e no fortalecimento das relações com os seus Clientes, apostando fortemente no incremento de relação com os mesmos.

Na concessão de crédito, o AC MicroBanco tomou estrategicamente em consideração, não só a envolvente do enquadramento económico nacional, como também a consequente necessidade de reforçar a prudência na imparidade contabilisticamente reconhecida para riscos de crédito.

O AC MicroBanco terminou o ano 2018 com a carteira de crédito de 6,033.53 milhares de meticais (2017: 2.382.35 milhares de meticais), tendo uma rede distribuição de produto e serviços constituída por dois balcões, um em Maputo e outro no Distrito de Manhica e espera-se que ao longo dos próximos anos se estenda os serviços de crédito a outras regiões de Moçambique.

Tecnologias e Sistemas de Informação (IT)

Em relação aos Sistemas e Tecnologias de Informação, o AC MicroBanco continuou a investir de forma sustentada em tecnologias e sistemas mais avançados de suporte ao negócio tendo simultaneamente mantido a aposta na implementação de uma estrutura organizacional funcional, adequada à necessidade de dar resposta à crescente exigência dos Clientes por mais e melhores serviços, adequando sempre que possível os níveis da sua segurança.

Do ponto de vista das infraestruturas tecnológicas houve um forte investimento na capacidade de processamento, armazenamento e comunicações com vista a acompanhar o aumento de volume de negócios actual e futuro.

1.6. GESTÃO DO CAPITAL

O capital do AC MicroBanco manteve-se inalterado em 2018. A gestão de capital no AC MicroBanco é definida como o processo contínuo para: (i) monitorar e controlar o capital mantido pela instituição, (ii) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e (iii) planificar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Atendendo ao actual modelo de negócio estabelecido pelo AC MicroBanco, cujos objectivos foram definidos para os próximos três exercícios, o Conselho de Administração entende que o ACMB está em condições de poder fazer face ao perfil de risco considerado no MicroBanco. Contudo, eventuais aumentos de capital poderão ser efectuados pelos Sócios em caso de insuficiência regulamentar.

1.7. ANÁLISE FINANCEIRA

Evolução de Resultado Líquido e das Rendibilidades (ROE ROA)

No exercício de 2018, o prejuízo do AC MicroBanco atingiu o valor de 2,166.17 milhares de meticais (2017: 3.337.99 milhares de meticais), tendo se reduzido o prejuízo em 35.10% comparativamente ao exercício anterior.

Em 2018 a rendibilidade dos capitais próprios médios do AC MicroBanco (ROE) situou-se em 23.77% (2017: 43,5%) e a rendibilidade dos activos médios (ROA) em -24.29% (2017: -44,2%).

Rácio de Solvabilidade

Os fundos próprios do AC MicroBanco, calculados de acordo com as normas em vigor do Banco de Moçambique (Aviso n° 08/GBM/2017, de 03 de Abril de 2017) situaram-se 5,031.27 milhares de meticais.

O rácio de solvabilidade situou-se em 63.76% no final de exercício 2018 garantindo desta forma o pleno cumprimento dos rácios de capital requeridos pelo Banco de Moçambique (Aviso n° 09/GBM/2017, de 03 de Abril), onde o rácio de solvabilidade para o ano 2018 deverá situar-se no valor igual ou superior a 9%.

Activo Líquido

O activo líquido cifrou-se em 8,916.63 milhares de meticais (2017: 8,452.48 milhares de meticais) assistindo-se assim, um aumento em 5.5% em relação ao ano anterior.

Este aumento do activo deve-se em grande parte, ao contributo da rubrica “crédito a clientes”: A carteira de crédito sobre clientes, líquida de imparidade, aumentou a 5,784.67 milhares de meticais (2017: 2,419.94 milhares de meticais), registando um aumento em 139% em relação a 31 de Dezembro de 2017. O crédito concedido em 2018 está coberto por garantias reais cativos no AC MicroBanco.

Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Em Dezembro de 2018 a rubrica de outros empréstimos incluía o montante de 1,587.24 milhares de meticais referente a suprimentos dos sócios para efeitos de liquidez imediata.

Produto Bancário

O produto da actividade bancária no exercício de 2018 ascendeu a 4,645.95 milhares de meticais (2017: 2,570.71 milhares de meticais), evidenciando um aumento em 80.7% face ao exercício anterior. O aumento assinalável da margem financeira em relação a 2017 é resultado da melhor prestação de serviço de crédito, evidenciado na estratégia adoptada pelo AC MicroBanco.

1.8. EVENTOS APÓS O PERÍODO DE RELATO

O Conselho de Administração não tem conhecimento de nenhum evento relevante ocorrido após a data de relato e até à data do presente relatório.

1.9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2018

Considerando que, no exercício de 2018, o AC MicroBanco registou um resultado líquido negativo, apurado em base individual, de 2,166.17 milhares de meticais, nos termos das disposições estatutárias e da legislação moçambicana em vigor, propõe-se para aprovação da Assembleia Geral: Que o resultado líquido apurado em base individual, acima referido, seja transferido para Resultados Transitados.

1.10. PRINCÍPIO DE CONTINUIDADE

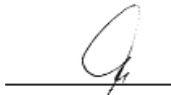
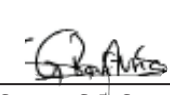
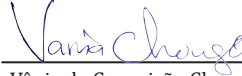
O AC MicroBanco apresenta prejuízos acumulados no montante de 8,288 milhares de meticais, tendo resultado que em 31 de Dezembro de 2018 o capital próprio seja inferior a 50% do seu capital social, o que coloca o AC MicroBanco perante a situação prevista no artigo 119º do Código Comercial.

Não obstante a situação de não conformidade acima referida, o AC MicroBanco tem o capital próprio que ascende a 5,960.17 milhares de meticais, valor superior ao capital social mínimo de 5,000.00 milhares de meticais fixado pelo Banco de Moçambique. Outrossim, o rácio de solvabilidade do AC MicroBanco ascende a 63.76%, rácio superior ao mínimo de 9%, fixado pela entidade reguladora.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade, tendo o Conselho de Administração, a Assembleia Geral do AC MicroBanco aprovado um plano de negócios 2019-2022 que garante fluxos de caixa positivos. Os Sócios do AC MicroBanco expressam total apoio a instituição e ao seu plano de negócios e indicam que caso venha a ser necessário uma injeção de capital esta será realizada pelos Sócios.

1.11. AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial para os nossos clientes pela confiança que depositam no AC MicroBanco. As entidades governamentais e reguladoras, o nosso reconhecimento pelo contínuo suporte à visão e missão do AC MicroBanco pois sem estes não se teria alcançado as realizações obtidas. Aos nossos colaboradores vai um especial agradecimento pela sua dedicação, zelo e competência na contínua interpretação fiel do sonho dos nossos clientes.

| | |
|---|---|
|  |  |
| Alfredo F. Chilaule (Director Executivo) | Saquina G. R. Samimo (Directora) |
|  | |
| Vânia da Conceição Chongo (Directora) | |

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Sócios;

1. Nos termos da legislação em vigor e em conformidade com os estatutos, apresenta-se o relatório e parecer do **Fiscal Único** relativo as demonstrações financeiras e ao relatório do Conselho de Administração da **AC MICROBANCO**, doravante **ACMB**, com referência à 31 de Dezembro de 2018, apresentados pelo Conselho de Administração.

2. No âmbito das nossas funções, examinamos as demonstrações financeiras reportadas à 31 de Dezembro de 2018, as quais compreendem os Mapas da Posição Financeira, da Demonstração dos Resultados, da Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas da **ACMB**.

3. Procedeu-se à análise do relatório do Conselho de Administração do exercício findo à 31 de Dezembro de 2018, preparado pelo Conselho de Administração e da proposta da aplicação de resultados nela incluída. Constatamos que apesar de no presente exercício apresentar resultados negativos, notamos que os mesmos tem melhorado de um período para outro. Para o presente exercício, os resultados foram afectados significativamente pela introdução sobre tudo da IFRS 9.

4. Avaliou-se a evolução das actividades da **ACMB**, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obteve-se do Conselho de Administração as informações e os esclarecimentos solicitados, necessários à emissão deste parecer, e concluiu-se que não se verificaram situações ou quaisquer actos que violassem os Estatutos.

5. Concorde-se com o conteúdo do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Ernest & Young, que emitiu uma opinião sem reservas, o qual da-se como integralmente reproduzido neste relatório.

6. Chama-se atenção à algumas situações, que julga-se necessárias, nomeadamente:

i) A **ACMB** aplicou apartir do presente exercício a IFRS 9, relativamente aos instrumentos financeiros, concordamos com a avaliação feita pela gerência, que se baseou nos fluxos de caixa, características e finalidade dos activos financeiros. A contabilidade dos passivos financeiros não sofreu uma alteração significativa, com excepção dos derivados designados ao justo valor através de resultados. Os ganhos e perdas em derivados resultantes de mudança de risco de crédito do **ACMB** passam a ser apresentados em outros rendimentos integrais em vez de no resultado.

ii) Relativamente ao cálculos de imparidade dos créditos, foi adoptado um modelo de perda de crédito esperada para mensuração da activos. Assim, a **ACMB** passou a reconhecer as perdas de crédito esperadas com base na informação futura. As imparidades foram registadas nas demonstrações de resultados como perdas do período.

iii) A **ACMB** apresenta prejuízos acumulados no montante de 8,287.95 milhares de meticais (2017: 5,946.06 milhares de meticais), incluindo um prejuízo líquido do exercício no montante de 2,166.17 milhares de meticais (2017: 3,333.99 milhares de meticais). Sendo assim, o capital próprio 5,960.02 milhares de meticais, é inferior a metade do capital social de 14,247.97 milhares de meticais, o que coloca a **ACMB** em não conformidade com artigo 119º do Código Comercial. Contudo, a gerência esta segura de que nenhum sócio ou credor ira solicitar a dissolução da **ACMB** uma vez que todos credores são os sócios da **ACMB**, e garantem que em caso de necessidade poderão injectar capital na **ACMB**. Adicionalmente o plano estratégico e o plano de negócios garantem viabilidade nos próximos cinco (5) anos, pelo que o conselho fiscal esta convicto de que a continuidade da **ACMB** não esta em causa.

7. Face ao exposto nos parágrafos acima, propõe-se a Assembleia geral da **AC MICROBANCO** o seguinte:

- Aprovar o Relatório do Conselho de Administração;
- Aprovar as Demonstrações Financeiras;
- Aprovar a proposta de aplicação dos resultados; e
- Aprovar um voto de confiança, reconhecimento ao Conselho de Administração e aos colaboradores pelo dedicado desempenho no exercício de 2018.


Maputo, aos 06 de Maio de 2019


O Fiscal Único



Dr. Ismael José Manuel Nhacucue





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

| |
|--|
|  <div>Ernst & Young Limiteda Rua Sileiro Osvaldo Matanga, N.º 179 Cajua Postal 366, Maputo Moçambique</div> <div>Tel: +258 21 35 3000 Fax: +258 21 32 1084 Email: ernst.young@moz.zy.com NUT 400 006 245 www.ey.com</div> |
| RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE |
| |
| Ao Conselho de Administração do AC MICROBANCO, LDA |
| |
| Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras |
| |
| Opinião Auditámos as demonstrações financeiras do AC MicroBanco, Lda (o AC MicroBanco), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2018 e a demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do AC MicroBanco em 31 de Dezembro de 2018 o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). |
| |
| Bases para a Opinião Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção <i>Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras</i> deste relatório. Somos independentes do AC MicroBanco de acordo com os requisitos do <i>Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants)</i> e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos e no código do IESBA. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. |

| |
|--|
|  <div>Ernst & Young Limiteda Rua Sileiro Osvaldo Matanga, N.º 179 Cajua Postal 366, Maputo Moçambique</div> <div>Tel: +258 21 35 3000 Fax: +258 21 32 1084 Email: ernst.young@moz.zy.com NUT 400 006 245 www.ey.com</div> |
| Incerteza Material Relacionada com a Continuidade Chamamos a atenção para o facto de que, conforme divulgado na nota 1.2 das Notas às demonstrações financeiras, em referência a 31 de Dezembro de 2018, o AC MicroBanco apresenta prejuízos acumulados no montante de 8.287.953 Meticais (2017: 5.946.059 Meticais) incluindo um prejuízo líquido do exercício no montante de 2.166.175 Meticais (2017:3.337.991 Meticais). Adicionalmente, o capital próprio é inferior a metade do capital social, o que coloca o AC MicroBanco perante a situação prevista no artigo 119º do Código Comercial, tornando-se imperativo implementar medidas para resolver a situação. Estas medidas correctivas deverão ser apresentadas e aprovadas na Assembleia Geral de Sócios. A nota 1.2 também indica que existe uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a capacidade do AC MicroBanco em se manter em continuidade. Não obstante a situação acima referida, o capital próprio do AC MicroBanco , no montante de 5.960.017 meticais, apresenta-se superior ao capital social mínimo de 5.000.000 meticais fixado pelo Banco de Moçambique, e o seu o rácio de solvabilidade ascende a 63,76%, significativamente superior ao mínimo exigível pelo regulador de 9%. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria. |
| |
| Outras Matérias As demonstrações financeiras do AC MicroBanco, Lda , relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2017, foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas sobre essas demonstrações financeiras em 28 de Março de 2018. |
| |
| Outra informação O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório anual da Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação. No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito. |

| |
|---|
|  <div>Ernst & Young Limiteda Rua Sileiro Osvaldo Matanga, N.º 179 Cajua Postal 366, Maputo Moçambique</div> <div>Tel: +258 21 35 3000 Fax: +258 21 32 1084 Email: ernst.young@moz.zy.com NUT 400 006 245 www.ey.com</div> |
| Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro. Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto de continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o AC MicroBanco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo. O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do AC MicroBanco . |
| |
| Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno. • Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do AC MicroBanco . |

| |
|---|
|  <div>Ernst & Young Limiteda Rua Sileiro Osvaldo Matanga, N.º 179 Cajua Postal 366, Maputo Moçambique</div> <div>Tel: +258 21 35 3000 Fax: +258 21 32 1084 Email: ernst.young@moz.zy.com NUT 400 006 245 www.ey.com</div> |
| • Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração. |
| • Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações. |
| • Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada. |
| Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria. |
| O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Eduardo Caldas. |
| |
| ERNST & YOUNG, LDA. <i>Sociedade de Auditores Certificados</i> <i>Representada por:</i>  Eduardo Jorge de Crio da Costa Caldas (Auditor Certificado nº 333) Maputo, 30 de Abril de 2019 |

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RESULTADOS INTEGRAL

| | Notas | 2018 | 2017 |
|--|-------|--------------------|--------------------|
| Juros e rendimentos similares | 3 | 4,511,314 | 2,507,952 |
| Margem financeira | | 4,511,314 | 2,507,952 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 4 | 174,374 | 92,676 |
| Encargos com serviços e comissões | 4 | (21,450) | (11,623) |
| Serviços e comissões líquidas | | 152,925 | 81,053 |
| Rendimentos operacionais | | 4,664,238 | 2,589,005 |
| Imparidade líquida do exercício | 12 | (490,565) | (763,279) |
| Rendimentos operacionais líquidos | | 4 173,673 | 1,825,726 |
| Gastos com pessoal | 5 | (1,135,678) | (1,238,756) |
| Depreciações e amortizações | 14,15 | (1,022,195) | (926,040) |
| Outros gastos operacionais | 6 | (4,231,979) | (2,998,922) |
| Outros rendimentos operacionais | 7 | 50,005 | - |
| Prejuízo antes do imposto | | (2,166,175) | (3,337,991) |
| Imposto corrente | 8 | - | - |
| Imposto diferido | 8 | - | - |
| Prejuízo líquido do exercício | | (2,166,175) | (3,337,991) |

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

| | Notas | 2018 | 2017 |
|--|-------|------------------|------------------|
| Activos | | | |
| Caixa | 9 | 3,224 | 7,846 |
| Disponibilidades em instituições de crédito | 10 | 1,413,619 | 757,961 |
| Aplicações em outras instituições de crédito | 11 | - | 2,163,000 |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 12 | 5,653,082 | 2,419,941 |
| Outros activos | 13 | 35,945 | 178,245 |
| Activos tangíveis | 14 | 880,415 | 1,142,322 |
| Activos intangíveis | 15 | 929,649 | 1,603,425 |
| Activos por impostos correntes | 16 | 297,341 | 267,341 |
| Total dos activos | | 9,213,275 | 8,540,080 |
| Passivos | | | |
| Recursos de clientes | 17 | 64,607 | 51,264 |
| Outros passivos | 18 | 1,630,211 | 186,905 |
| Empréstimos | 19 | 1,558,440 | - |
| Total dos passivos | | 3,253,258 | 238,170 |
| Capital próprio | | | |
| Capital social | 20 | 14,247,970 | 14,247,970 |
| Resultados transitados | 20 | (6,121,778) | (2,608,068) |
| Prejuízo líquido do exercício | 20 | (2,166,175) | (3,337,991) |
| Total do capital próprio | | 5,960,017 | 8,301,910 |
| Total do capital próprio e passivo | | 9,213,275 | 8,540,080 |

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

| | Capital social | Resultados transitados | Total de capital próprio |
|---|-------------------|------------------------|--------------------------|
| Saldo reexpresso a 01 de Janeiro de 2017 | 14,247,970 | (2,608,068) | 11,639,902 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | (3,337,991) | (3,337,991) |
| Saldo a 31 de Dezembro de 2017 | 14,247,970 | (5,946,059) | 8,301,911 |
| Impacto da adoção IFRS 9 (Nota 12) | - | (175,719) | (175,719) |
| Saldo incluindo adoção IFRS 9 | 14,247,970 | (6,121,778) | 8,126,192 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | (2 166 175) | (2 166 175) |
| Saldo a 31 de Dezembro de 2018 | 14,247,970 | (8,287,953) | 5,960,017 |

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

| | Notas | 2018 | 2017 |
|--|-------------|--------------------|---------------------|
| Actividades operacionais | | | |
| Resultado antes de imposto | | (2,166,175) | (3,337,991) |
| <i>Ajustamentos de:</i> | | | |
| Depreciações e amortizações | 14,15 | 1,022,195 | 926,040 |
| Perdas por imparidade de crédito | 12 | 490,565 | 763,279 |
| Abate/utilização de imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes | 12 | (50,005) | (1,060,951) |
| Variação de empréstimos e adiantamentos a clientes | 12 | (3,849,420) | 2,402,190 |
| Variação de aoutros activos operacionais | 13 | 142,300 | 261,363 |
| Variação de passivos operacionais | 17,18 | 1,456,648 | (126,588) |
| Imposto sobre o rendimento | 16 | (30,000) | - |
| Cash flow gerado / (usado) das actividades operacionais | | (2,983,891) | (172,659) |
| Actividades de investimento | | | |
| Aquisição de activos tangíveis | 14 | (81,787) | (1,998) |
| Alienação de activos tangíveis | 14 | - | 18,626,130 |
| Aquisição de activos intangíveis | 15 | (4,726) | - |
| Cash flow usado nas actividades de investimento | | (86,513) | 18,624,132 |
| Actividades de financiamento | | | |
| Reembolso de empréstimos | 19 | - | (17,191,243) |
| Recebimento de empréstimos | 19 | 1,558,440 | - |
| Cash flow usado nas actividades de financiamento | | 1 558 440 | (17 191 243) |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | | (1,511,963) | 1,260,230 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 9 | 2,928,807 | 1,668,577 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 9,10 | 1 416 843 | 2,928,807 |
| | | | |
| Fluxos de caixa operacional de juros e dividendos | | 2018 | 2017 |
| Juros recebidos | | 4,511 314 | 2,507,952 |
| Juros pagos | | - | - |
| Dividendos recebidos | | - | - |
| | | 4,511,314 | 2,507,952 |
| | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa apresenta-se como segue: | | | |
| | | 2018 | 2017 |
| Caixa e disponibilidades em Banco Central | 9 | 3,224 | 7,846 |
| Disponibilidades sobre instituições de crédito | 10 | 1,413,619 | 757,961 |
| Aplicações em instituições de crédito | | - | 2,163,000 |
| | | 1,416,843 | 2,928,807 |

Notas às demonstrações financeiras

Introdução

O AC MicroBanco Limitada (doravante designado por AC MicroBanco) é uma entidade domiciliada em Moçambique e uma sociedade anónima de responsabilidade limitada. O endereço da entidade é Cidade de Maputo, Avenida 25 de Setembro, nº 270, Moçambique.

A entidade é uma instituição de Microfinanças que presta serviços de concessão de crédito de curto, médio ou longo prazo, a pequenas e médias empresas ou pessoas singulares.

1. Políticas contabilísticas

1.1.Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer a utilização de estimativas fundamentais. Além disso, exige também que a Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do AC MicroBanco, nomeadamente nas notas às Demonstrações Financeiras que envolvam um maior grau de complexidade, ou em áreas onde os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para a AC MicroBanco.

As Demonstrações Financeiras da AC MicroBanco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 29 de Março 2019 e serão submetidas à aprovação pelos Sócios em Assembleia-Geral dos Sócios.

1.2 Estimativas e julgamentos significativos

Na aplicação das políticas contabilísticas do AC MicroBanco, o Conselho de Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Princípio da continuidade

O AC MicroBanco apresenta prejuízos acumulados no montante de 8.287.953 Meticais (2017: 5.946.059 Meticais) incluindo um prejuízo líquido do exercício no montante de 2.166.175 Meticais (2017:3.337.991 Meticais). O AC MicroBanco continua a gerar perdas.

Adicionalmente, o capital próprio do AC MicroBanco em 31 de Dezembro de 2018 é inferior a 50% do seu capital social, o que coloca o AC MicroBanco perante a situação prevista no artigo 119º do Código Comercial, tornando-se imperativo a implementação de medidas, a serem apresentadas em Assembleia Geral de Sócios para aprovação das contas do exercício de 31 de Dezembro de 2018, que impeçam a aplicação das acções previstas no referido artigo.

Estas condições, poderão dar origem a incertezas e dúvidas significativas sobre a continuidade das operações do AC MicroBanco, bem como na sua capacidade para realizar os seus activos e cumprir com as suas obrigações no curso normal dos negócios.

Consequentemente, a base de continuidade em que as contas foram preparadas depende fortemente de obtenção de recursos financeiros adequados por parte dos Sócios ou novos investidores bem como à realização de operações lucrativas no futuro.

O Conselho de Administração implementou medidas para rentabilizar o AC MicroBanco, como aumento da carteira de crédito, facto já verificado durante 2018 (crescimento em 153% face a 2017) e prevê-se um crescimento na ordem de 41% para 2019. Adicionalmente, verifica-se um controlo mais rigoroso dos custos, tal facto que já se observa em 2018 através da redução dos gastos com pessoal. Consequentemente, para os próximos quatro anos o AC MicroBanco prevê obter lucros, nomeadamente, 473.000, 1.383.000, 2.339.000 e 3.665.000 meticais, respectivamente.

Não obstante a situação de não conformidade acima referida, o AC MicroBanco tem o capital próprio que ascende a 5.960.017 meticais, valor superior ao capital social mínimo de 5.000.000 meticais fixado pelo Banco de Moçambique. Outrossim, o rácio de solvabilidade do AC MicroBanco ascende a 63,76%, rácio superior ao mínimo exigível pelo regulador de 9%.

Nestas circunstâncias, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade. Esta base pressupõe que o AC MicroBanco continuará a receber o apoio dos Sócios e que a realização dos activos e liquidação de passivos ocorrerá no curso normal dos seus negócios.

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e metodologia utilizada no cálculo das perdas por imparidade de crédito, encontra-se descrita na alínea e) Imparidade de activos financeiros, conforme prescrito na IFRS 9.

1.3.Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios e encontram-se descritas como segue:

a)Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do AC MicroBanco e moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data de balanço, as diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

| | 2018 | 2017 |
|-------------------|-------|-------|
| Dolar Americano | 61,47 | 59,02 |
| Euro | 70,25 | 70,70 |
| Rand Sul Africano | 4,28 | 4,79 |



RELATÓRIO E CONTAS 2018



b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o AC MicroBanco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o AC Micro Banco torna-se parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o AC MicroBanco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o AC MicroBanco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os “inputs” se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos concedidos e adiantamentos

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo e são reconhecidos ao custo amortizado, através dos seguintes critérios:

Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter futuros fluxos de caixa contratuais;

- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o capital em dívida.

v) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial os depósitos e outros recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

c) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

i) Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos

O AC MicroBanco desreconhece um activo financeiro, tal como um empréstimo e adiantamento a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torne um novo empréstimo, cuja a diferença reconhecida como um ganho ou perda do período, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registrada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados no Stage 1 para efeitos de determinação da ECL, a menos que o novo empréstimo seja considerado POCL.

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando:

- Mudança da moeda do empréstimo
- Introdução de um instrumento de capital
- Alteração na contraparte
- Se as alterações contractuais levarem a que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI

ii) Desreconhecimento que não seja para modificação substancial do activo financeiro

Um activo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa dos activos financeiros tiverem expirado. O AC MicroBanco também desreconhece os activos financeiros se ambos tiverem transferido o activo financeiro e as transferências se qualificarem para o desreconhecimento.

O AC MicroBanco transfere o activo financeiro se:

- Transferiu os seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do activo financeiro, ou
- O AC Microbanco retém os direitos sobre os fluxos de caixa futuros, mas assumiu uma obrigação de pagar, integralmente, o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo entre as mesmas.

d) Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor dos activos e passivos financeiros reconhecidos no balanço não pode ser determinado com base na cotação num mercado activo, a determinação é feita através da utilização de técnicas de avaliação que incluem a utilização de modelos matemáticos. Os inputs utilizados nos referidos modelos são baseados em informações disponíveis no mercado, contudo, sempre que tal não é praticável são efectuados julgamentos na determinação dos justos valores dos instrumentos financeiros.

O AC MicroBanco mede o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor que reflecte a importância dos inputs utilizados na mensuração:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras numa base recorrente, o AC MicroBanco determina se as transferências ocorreram entre os níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base no menor nível de entrada que é significativo para a mensuração do valor justo como um total) no final de cada período de relato.

e) Imparidade de activos financeiros

A IFRS 9 introduz um modelo de perda de crédito esperada para mensuração da imparidade de activos financeiros. Assim, deixa de ser necessário a ocorrência de um evento de risco de perda para o reconhecimento de imparidade de crédito. A IFRS 9 introduz um modelo de imparidade revisto, o qual estabelece requisitos para as entidades reconhecerem as perdas de crédito esperadas (ECL) com base na informação futura, substituindo o modelo actual das perdas incorridas somente quando haja uma evidência objectiva de que uma perda foi já incorrida.

As perdas de crédito devem ser mensuradas com base no valor actual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a instituição espera receber. Quanto aos activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito.

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas a 12 meses (Stage 1) e Lifetime (Stages 2 e 3). Os activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito: Stage 1 Performing” - Os activos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo

no seu risco de crédito desde a data do seu reconhecimento. O valor das perdas esperadas resulta de eventos de “default” que venham a ocorrer nos 12 meses seguintes.

Stage 2 Under-performing - Os activos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do seu risco de crédito após a data do seu reconhecimento inicial, via alteração da probabilidade de incumprimento estimada. O valor das perdas esperadas resulta de todos os eventos de default que venham a ocorrer ao longo da vida esperada do activo financeiro. O juro destes activos continuará a ser calculado sobre o seu montante bruto.

Stage 3 Non-performing - Os activos financeiros com evidência objetiva de imparidade (default) na data de reporte, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem em perda.

Será então reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos activos aqui classificados. Para estes activos, o juro é calculado sobre o seu valor líquido de balanço.

Informação “Foward-looking”

Para determinação da ECL do AC MicroBanco conta com informação prospectiva económica, tal como:

- Inflação dos últimos cinco anos bem como a projecção para o ano seguinte

f) Reconhecimento de rédito e gastos

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o AC MicroBanco, e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de rédito obedece os seguintes critérios por rubrica:

i) Juros, rendimentos e gastos similares

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, o juro ou o gasto é registado com base na taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta, no momento do reconhecimento inicial, os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O AC MicroBanco obtém rendimentos de serviços e comissões prestados aos seus clientes. São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado no em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a concessão de crédito.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

j) Activos tangíveis

Os activos tangíveis, com excepção dos imóveis que são mensurados pelo Modelo da revalorização, são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o AC MicroBanco e possam ser mensurados com fiabilidade. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

| | Anos |
|---|------|
| Terrenos e edifícios | 50 |
| Equipamento | 7 |
| Mobiliário e equipamento administrativo | 10 |
| Viaturas | 4 |

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em “outros rendimentos operacionais” ou “outros gastos operacionais” na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

Se a quantia registada de um activo é aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido no capital próprio numa componente designada excedente de revalorização. O aumento será reconhecido nos resultados, até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo, anteriormente reconhecido nos resultados.

Se a quantia registada de um activo é reduzida em resultado de uma revalorização, a redução é reconhecida nos resultados. Contudo, a redução será reconhecida directamente no capital próprio como excedente de revalorização, até ao limite de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização, com respeito a esse activo.

k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software. O software adquirido pelo AC MicroBanco é registado ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o AC MicroBanco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

l) Imparidade de activos não financeiros

O AC MicroBanco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorreram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o AC MicroBanco estimativa o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de juro descontada antes de impostos, que reflita as avaliações actuais de mercado, tendo em conta o valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos custos de alienação, transacções recentes de mercado são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo, e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

A reversão da imparidade está limitada ao valor da quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

m) Impostos

i) Impostos correntes

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores é estimada com base nos valores esperados recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos

usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data do balanço.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

n) Locações

A determinação de se um acordo é ou contém operações de locação baseia-se na substância do acordo em relação à data de início e obriga a uma avaliação sobre se o cumprimento do acordo depende do uso dum bem ou bens específicos e se o acordo transmite o direito de usar o bem.

Locações operacionais – AC MicroBanco como locatário

As rendas pagas são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo da vida do contracto de locação. Quando um contrato de locação é terminado antes do período de locação, qualquer pagamento efectuado ao locador a título de indemnização é reconhecimento como gasto no período a que respeita.

o) Dividendos sobre acções ordinárias

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidas como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovadas pelos Sócios do AC MicroBanco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados quando não estão mais à disposição do AC MicroBanco.

Dividendos para o fim do exercício que são aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento subsequente.

p) Normas emitidas mas não efectivas

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do AC MicroBanco são descritas abaixo. O AC MicroBanco pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efectivas.

i) IFRS 16 – Locações

Em Janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 “Locações” que estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de locações. A IFRS 16 vem substituir a IAS 17 “Locações” e respetivas normas interpretativas (IFRIC 4 – Determinar se um Acordo Contém uma Locação, SIC 15 – Locações Operacionais – Incentivos e SIC 27 – Avaliação da Substância de Transações que envolvam a forma legal de uma Locação). A norma determina que um contrato constitui ou contém uma locação se este comportar o direito de controlar a utilização de um activo identificado durante um certo período de tempo em troca de uma retribuição.

A IFRS 16 determina que um contrato é ou contém locação se este garante o direito de uso de um activo identificável por um período de tempo em troca de pagamentos de rendas. As alterações introduzidas pela norma afectam apenas o locatário, o qual deixa de classificar as locações como operacionais ou financeiras, passando os contractos de locação a ser tratados da mesma forma. O AC MicroBanco tomou em consideração a norma e verificou que o impacto será imaterial.

2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Novas normas e alterações das normas e interpretações

O AC MicroBanco aplicou a IFRS 9, IFRS7R e IFRS15, que são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018. O AC MicroBanco não adoptou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas que ainda não é eficaz.

A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração apresenta-se como segue:

i) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em Julho de 2014, o IASB emitiu a IFRS 9 Instrumentos Financeiros que vem substituir a IAS 39 Instrumentos financeiros, sendo efectiva para os períodos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018, sendo permitida a adopção antecipada. Excepto para a contabilidade de cobertura, a aplicação retrospectiva é obrigatória, mas a divulgação comparativa não é obrigatória.

A avaliação feita pela administração, de acordo com os fluxos de caixa, características semelhantes e finalidade do activo financeiro na data de transição foi:

| Activos financeiros | Notas | Classificação IAS 39 | Classificação IFRS 9 |
|--|-------|---------------------------------------|----------------------|
| Caixa | 9 | Empréstimos e outras contas a receber | Custo amortizado |
| Disponibilidades em instituições de crédito | 10 | Empréstimos e outras contas a receber | Custo amortizado |
| Aplicações em outras instituições de crédito | 11 | Empréstimos e outras contas a receber | Custo amortizado |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 12 | Empréstimos e outras contas a receber | Custo amortizado |

A contabilidade dos passivos financeiros não sofreu uma alteração significativa, com a excepção dos derivados designados ao justo valor através de resultados. Os ganhos e perdas em derivados resultantes de mudanças de risco de crédito do AC MicroBanco passaram a ser apresentados em outros rendimentos integrais em vez de no resultado.

ii) Alterações na classificação e mensuração

Para determinar a categoria de classificação e mensuração, a IFRS 9 requer que todos os activos financeiros, excepto os instrumentos patrimoniais e derivados, sejam avaliados com base no modelo de negócios da entidade para administrar os activos e nas características contractuais do fluxo de caixa dos instrumentos. As categorias de mensuração da IAS 39 de activos financeiros foram substituídas por:

- Activos financeiros ao custo amortizado
- Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral
- Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros não sofreram uma alteração significativa, com a excepção dos derivados designados ao justo valor através de resultados. Os ganhos e perdas em derivados resultantes de



RELATÓRIO E CONTAS 2018



mudanças de risco de crédito do AC MicroBanco passaram a ser apresentados em outros rendimentos integrais em vez de no resultado.

iii) Alterações no cálculo da imparidade

A IFRS 9 introduz um modelo de perda de crédito esperada para mensuração da imparidade de activos financeiros. Assim, deixa de ser necessário a ocorrência de um evento de risco de perda para o reconhecimento de imparidade de crédito. A IFRS 9 introduz um modelo de imparidade revisto, o qual estabelece requisitos para as entidades reconhecerem as perdas de crédito esperadas com base na informação futura, substituindo o modelo actual das perdas incorridas somente quando haja uma evidência objectiva de que uma perda foi já incorrida. Na IFRS 9, o modelo de imparidade é aplicável a todos os activos financeiros ao custo amortizado, proveitos de operações de locação, instrumentos de dívida ao justo valor através de rendimentos integrais, compromissos de empréstimo e contratos financeiros ou garantias. Isto contrasta com o modelo de imparidade segundo o IAS 39, em que não eram aplicáveis os compromissos de empréstimo e os contratos financeiros ou garantias (estes eram cobertos pela IAS 37) e o modelo dos activos disponíveis para a venda que não estava inteiramente alinhado com o modelo de imparidade do IAS 39 para activos ao custo amortizado. Para o AC MicroBanco, a aplicação da IFRS 9 reduz o seu capital próprio em referência a 1 de Janeiro de 2018 em 175.719 meticais, decorrente da aplicação da nova metodologia de imparidade baseada em perdas esperadas (ECL - Expected Credit Loss) (Nota e).

iv) IFRS 7R

Para refletir a diferença entre o IFRS 9 e o IAS 39, IFRS 7R Instrumentos Financeiros, a divulgação foi atualizada e a AC MicroBanco adoptou-o, juntamente com o IFRS 9, para o ano que se inicia em 1º de janeiro de 2018.

O IFRS 7R também exige divulgação adicional e mais detalhada para a contabilidade de hedge, mesmo para entidades que optam por continuar a aplicar os requisitos de contabilidade de hedge do IAS 39.

v) IFRS 15 - Réditos de contratos com clientes

A IFRS 15 foi emitida em Maio de 2014 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar o rédito proveniente de contractos com clientes. Segundo o IFRS 15, o rédito é reconhecido por um montante que reflita a consideração a que uma entidade espera ter o direito, em troca de transferência de bens ou serviços a um cliente.

O AC MicroBanco considerou a aplicação da nova norma, no entanto não há impacto material.

3.Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| Juros e rendimentos similares | | |
| Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes | 4 195 752 | 2 507 952 |
| Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito | 315 562 | - |
| | 4 511 314 | 2 507 952 |

4. Serviços e comissões líquidos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|--|----------------|---------------|
| Rendimentos de serviços e comissões | | |
| Por serviços bancários realizados | 32 375 | 15 161 |
| Outros rendimentos de serviços e comissões | 141 999 | 77 515 |
| | 174 374 | 92 676 |
| Encargos com serviços e comissões | | |
| Outros encargos com serviços e comissões | 21 450 | 11 623 |
| | 21 450 | 11 623 |
| | | |
| | 152 925 | 81 053 |

5. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Remunerações dos colaboradores | 1,109,255 | 1,203,403 |
| Outros gastos com pessoal | 26,423 | 35,353 |
| | 1,135,678 | 1,238,756 |

6. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|--|------------------|------------------|
| Avenças e honorários | 1,738,844 | 602,383 |
| Combustíveis e lubrificantes | 198,410 | 162,112 |
| Marketing, publicidade e representação | 317,902 | 172,283 |
| Rendas | 625,879 | 524,007 |
| Água e energia | 189,131 | 171,739 |
| Despesas de deslocação e representação | 245,863 | 277,749 |
| Depesas judiciais e notariado | 349,050 | 378,880 |
| Manutenção e reparação | 179,141 | 352,413 |
| Comunicação | 208,244 | 254,846 |
| Material de escritório | 64,488 | 11,066 |
| Outros Impostos pagos | 82,481 | 53,919 |
| Outras despesas | 32,545 | 37,526 |
| | 4,231,979 | 2,998,922 |

A rubrica de avenças e honorários inclui despesas com serviços de consultoria pretados no âmbito do ICAAP e elaboração de Modelo de Imparidade no valor total de 800.000 meticais e despesas com auditoria às demonstrações financeiras do AC MicroBanco no valor de 900.000 meticais.

A rubrica de outros inclui gastos com higiene, limpeza e segurança.

7. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|---|--------|------|
| Recuperação de créditos e juros incobráveis | 50,005 | - |
| | 50,005 | - |

8. Impostos sobre o rendimento

Os impostos correntes apresentam-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|------------------|------|------|
| Imposto corrente | - | - |
| Imposto diferido | - | - |
| | - | - |

8.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

| | 2018 | | 2017 | |
|---|-----------------|--------------------|-----------------|--------------------|
| | Taxa de Imposto | Valor | Taxa de Imposto | Valor |
| Resultado antes de imposto | | (2,166,175) | | (3,337,991) |
| Imposto a pagar à taxa nominal | 32.00% | (693,176) | 32.00% | (1,068,157) |
| Correcções fiscais: | | | | |
| Gastos não dedutíveis | -14.90% | 322,714 | -2.90% | 96,954 |
| Rendimentos não tributáveis | 0.00% | - | 0.00% | - |
| Prejuízos fiscais disponíveis para períodos futuros | -17.10% | 370,462 | -29.10% | 971,204 |
| Imposto corrente | 0.00% | - | 0.00% | (0) |

8.2 Imposto diferido

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais expiram após 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de Dezembro de 2018, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

| Ano de origem | Ano fim | Prejuízos Fiscais | Tributação |
|---------------|---------|-------------------|------------------|
| 2016 | 2021 | 665,369 | 212,918 |
| 2017 | 2022 | 3,035,010 | 971,203 |
| 2018 | 2023 | 1,157,695 | 370,462 |
| | | 4,858,074 | 1,554,584 |

Os activos por impostos diferidos, no montante de 1.554.584 Meticais, não foram objecto de reconhecimento em resultado do Conselho de Administração considerar não estarem reunidas as condições para o efeito.

9. Caixa

A rubrica refere-se ao fundo de maneo em meticais, do AC MicroBanco a 31 de Dezembro de 2018 no valor de 3.224 meticais (2017: 7.846 meticais).

10. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|-------------------------|------------------|----------------|
| Disponibilidades em OIC | 1,413,619 | 757,961 |
| | 1,413,619 | 757,961 |

O saldo da rubrica Disponibilidades em instituições de crédito representa o somatório de saldos nas contas nostro do AC MicroBanco junto de outros Banco, nomeadamente, BCI – Banco Comercial e de Investimentos e Millennium BIM. Todas as contas tratam-se de contas em meticais. Tratam-se de saldos de liquidez imediata.

11. Aplicações sobre instituições de crédito

As aplicações sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|--|------|------------------|
| Depósitos a prazo em instituições de crédito no país | | |
| Moeda nacional | - | 2,163,000 |
| | - | 2,163,000 |

O Depósito a prazo em Instituições de crédito no país em moeda nacional em 2017, venceu a 03 de Janeiro de 2018 a uma taxa de juro anual de 23,50%.

12. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Empréstimo a clientes | 6,033,525 | 2,382,349 |
| Juros a receber | 417,431 | 87,598 |
| Comissões de crédito diferidas | (131,590) | - |
| | 6,319,366 | 2,469,947 |
| Imparidade acumulada | (666,284) | (50,006) |
| | 5,653,082 | 2,419,941 |

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------------|----------------|---------------|
| Saldo de abertura a 1 de Janeiro | 50,006 | 347,678 |
| Ajustamento de transição para IFRS 9 | 175,719 | - |
| Imparidade do exercício | 490,565 | 1,110,956 |
| Reversões | - | (347,677) |
| Utilizações | (50,006) | (1,060,951) |
| Saldo a 31 de Dezembro | 666,284 | 50,006 |

| | Stage 1 Individual | Stage 2 Individual | Stage 3 | POCI | Total |
|--|--------------------|--------------------|----------|----------|----------------|
| Quantia escriturada a 1 de Janeiro 2018 | 50,006 | - | - | - | 50,006 |
| Remensuração de acordo com IFRS 9 | 106,677 | 69,043 | - | - | 175,719 |
| Novos activos originados ou adquiridos | 490,565 | - | - | - | 490,565 |
| Transferências para Stage 1 | - | - | - | - | - |
| Transferências para Stage 2 | (278,184) | 278,184 | - | - | - |
| Transferências para Stage 3 | (50,006) | - | 50,006 | - | - |
| Abates | - | - | (50,006) | - | (50,006) |
| Saldo final a 31 de Dezembro 2018 | 319,057 | 347,227 | - | - | 666,284 |

13. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------|--------|---------|
| Acrécimos | 10,808 | - |
| Outros valores a receber | 25,138 | 178,245 |
| | 35,945 | 178,245 |

14. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

| | Edifícios | Equipamento | Mobiliário e equipamento administrativo | Viaturas | Investimentos em curso | Total |
|-------------------------------|--------------|----------------|---|------------------|------------------------|------------------|
| Custo de aquisição: | | | | | | |
| 1 de Janeiro de 2017 | 11,384,458 | 866,082 | 2,809,824 | 1,614,557 | 8,959,042 | 25,633,963 |
| Adições | - | - | 1,998 | - | - | 1,998 |
| Transfêrencias | 8,959,042 | - | - | - | (8,959,042) | - |
| Abates | (20,343,500) | - | - | - | - | (20,343,500) |
| 31 de Dezembro de 2017 | - | 866,082 | 2,811,822 | 1,614,557 | - | 5,292,462 |
| Adições | - | 81,138 | 649 | - | - | 81,787 |
| 31 de Dezembro de 2018 | - | 947,220 | 2,812,471 | 1,614,557 | - | 5,374,249 |
| | Edifícios | Equipamento | Mobiliário e equipamento administrativo | Viaturas | Investimentos em curso | Total |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| 1 de Janeiro de 2017 | 1,584,554 | 441,109 | 1,755,405 | 1,614,557 | - | 5,395,626 |
| Depreciação do exercício | 132,816 | 86,609 | 252,459 | - | - | 471,884 |
| Abates | (1,717,370) | - | - | - | - | (1,717,370) |
| 31 de Dezembro de 2017 | - | 527,718 | 2,007,864 | 1,614,557 | - | 4,150,140 |
| Depreciação do exercício | - | 90,665 | 253,028 | - | - | 343,693 |
| 31 de Dezembro de 2018 | - | 618,384 | 2,260,893 | 1,614,557 | - | 4,493,833 |
| Valor liquido contabilístico | | | | | | |
| 31 de Dezembro de 2017 | - | 338,364 | 803,958 | - | - | 1,142,322 |
| 31 de Dezembro de 2018 | - | 328,836 | 551,578 | - | - | 880,415 |

15. Activos intangíveis

Os movimentos nos activos intangíveis foi o seguinte:

| | Software | Total |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Custo de aquisição: | | |
| 1 de Janeiro de 2017 | 2,066,745 | 2,066,745 |
| Adições | - | - |
| 31 de Dezembro de 2017 | 2,066,745 | 2,066,745 |
| Adições | 4,726 | 4,726 |
| 31 de Dezembro de 2018 | 2,071,471 | 2,071,471 |
| | Software | Total |
| Amortizações e imparidades | | |
| 1 de Janeiro de 2017 | 9,164 | 9,164 |
| Amortização do exercício | 454,156 | 454,156 |
| Abates | - | - |
| 31 de Dezembro de 2017 | 463,320 | 463,320 |
| Amortização do exercício | 678,502 | 678,502 |
| 31 de Dezembro de 2018 | 1,141,822 | 1,141,822 |
| Valor liquido contabilístico | | |
| 1 de Janeiro de 2017 | 2,057,581 | 2,057,581 |
| 31 de Dezembro de 2017 | 1,603,425 | 1,603,425 |
| 31 de Dezembro de 2018 | 929,649 | 929,649 |

16. Activos por impostos correntes

Activos por impostos correntes apresentam-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Pagamentos por conta - IRPC | 237,341 | 237,341 |
| Pagamento especial por conta - IRPC | 60,000 | 30,000 |
| | 297,341 | 267,341 |

17. Recursos de clientes

Depósitos e contas correntes apresentam-se como segue:

| | 2018 | 2017 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Adiantamentos de clientes | 64,607 | 51,264 |
| | 64,607 | 51,264 |



| | 2018 | 2017 |
|-----------------------------|------------------|----------------|
| Gastos diferidos | 1,153,835 | 69,256 |
| Impostos a pagar | 36,747 | 7,854 |
| Outras contas regularização | 417,431 | 87,598 |
| Outros | 22,198 | 22,198 |
| | 1,630,211 | 186,905 |

| | 2018 | 2017 |
|----------------------------|-----------|------|
| Suprimentos | | |
| Alfredo Francisco Chilaúle | 1,558,440 | - |
| | 1,558,440 | - |

| | 2018 | | 2017 |
|---------------------------------|-------|----------------|----------------|
| 2018 | Quota | Capital social | Capital social |
| Sócios | | | |
| Alfredo Francisco Chilaule | 88% | 12,550,370 | 12,550,370 |
| Claudia Sandra Alfredo Chilaule | 6% | 848,800 | 848,800 |
| Celso Alfredo Chilaule | 6% | 848,800 | 848,800 |
| | 100% | 14,247,970 | 14,247,970 |

| | 2018 | 2018 |
|--|------------------|----------------|
| Depreciações e amortizações (nota 14,15) | 1,022,195 | 926,040 |
| Imparidade de crédito (nota 12) | 490,565 | 763,279 |
| Abate/utilização de imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes | (50,006) | (1,060,951) |
| | 1,462,755 | 628,368 |

| 2018 | Activos financeiros ao custo amortizado | Activos não financeiros | Total |
|---|---|-----------------------------|-----------|
| Activos Financeiros | | | |
| Caixa | 3,224 | - | 3,224 |
| Disponibilidades em instituições de crédito | 1,413,619 | - | 1,413,619 |
| Aplicações em instituições de crédito | - | - | - |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 5,653,082 | - | 5,653,082 |
| Outros activos | 25,138 | 10,808 | 35,945 |
| Total de activo | 7,095,062 | 10,808 | 7,105,870 |
| | Passivos financeiros ao custo amortizado | Passivos não financeiros | Total |
| Passivos financeiros | | | |
| Adiantamento de clientes | 64,607 | - | 64,607 |
| Outros passivos | 476,376 | 1,153,835 | 1,630,211 |
| Empréstimos | 1,558,440 | - | 1,558,440 |
| Total de passivo | 2,099,423 | 1,153,835 | 3,253,258 |
| | | | |
| 2017 | Activos financeiros ao custo amortizado | Activos não financeiros | Total |
| Activos financeiros | | | |
| Caixa | 7,846 | - | 7,846 |
| Disponibilidades em instituições de crédito | 757,961 | - | 757,961 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2,163,000 | - | 2,163,000 |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 2,419,941 | - | 2,419,941 |
| Outros activos | 178,245 | - | 178,245 |
| Total de activo | 5,526,993 | - | 5,526,993 |
| | | | |
| Passivos financeiros | Passivos financeiros ao custo amortizado | Passivos não financeiros | Total |
| Adiantamento de clientes | 51,264 | - | 51,264 |
| Outros passivos | 117,650 | 69,256 | 186,905 |
| Total de passivo | 168,914 | 69,256 | 238,170 |

O AC MicroBanco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva que o activo financeiro



RELATÓRIO E CONTAS 2018



ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o AC MicroBanco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em bancarrota ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - i. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - ii. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
 - iii. Depreciação do valor do colateral; e
 - iv. Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do AC MicroBanco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- Incumprimento dos pagamentos contratuais;
- Dificuldade financeira significativa do mutuário e / ou modificação do contrato inicial;
- Probabilidade de falência ou reorganização financeira
- Desaparecimento de um mercado activo devido a dificuldades financeiras

O AC MicroBanco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com indicação de crédito em incumprimento (activo financeiro com atraso superior a 90 dias) são avaliadas individualmente quanto à imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Avaliação individual de activos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O AC MicroBanco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O abate irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida.

O AC MicroBanco abate ao activo os créditos considerados incobráveis, mediante a utilização da imparidade constituída, após a análise específica por parte dos órgãos que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e a aprovação da Comissão Executiva. As eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

De acordo com as políticas em vigor no AC MicroBanco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que são cobrados.

| 2018 | Valor do balanço | Imparidade | Valor revisto |
|--|------------------|------------|---------------|
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 6,319,366 | (666,284) | 5,653,082 |
| | 6,319,366 | (666,284) | 5,653,081 |
| 2017 | Valor do balanço | Imparidade | Valor revisto |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 2,469,947 | (50,006) | 2,419,941 |
| | 2,469,947 | (50,006) | 2,419,941 |

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do AC MicroBanco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por sector apresenta-se como segue:

| 2018 | De- pósitos no Banco Central | Disponi- bilidades em instituições de crédito | Aplicações em insti- tuições de crédito | Instru- mentos de dívida ao custo amortiza- do | Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral | Emprés- timos e adianta- mentos a clientes | Out- ros ac- tivos | Total |
|-------------------------------|--|--|--|---|---|--|--------------------------|-----------|
| Governo | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Financeiro | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Comércio | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Indústria Trans- formadora | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Serviços | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transportes e comunicações | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Agricultura e pesca | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros sectores | - | - | - | - | - | 6,033,525 | - | 6,033,525 |
| | - | - | - | - | - | 6,033,525 | - | 6,033,525 |

| 2017 | De- pósitos no Banco Central | Disponi- bilidades em instituições de crédito | Aplicações em insti- tuições de crédito | Activos fi- nanceiros detidos até a ma- tutidade | Activos financeiros disponíveis para venda | Emprés- timos e adianta- mentos a clientes | Out- ros ac- tivos | Total |
|-------------------------------|--|--|--|--|---|--|--------------------------|-----------|
| Governo | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Financeiro | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Comércio | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Indústria Trans- formadora | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Serviços | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transportes e comunicações | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Agricultura e pesca | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros sectores | - | - | - | - | - | 2,382,349 | - | 2,382,349 |
| | - | - | - | - | - | 2,382,349 | - | 2,382,349 |

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do AC MicroBanco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, o Conselho de Administração lida com o perfil global da demonstração da posição financeira, os requisitos de financiamento da empresa e os fluxos de caixa. Ao quantificar o risco de liquidez, as projecções de fluxos de caixa futuros são acordos simulados e necessários que são postos em prática para garantir que todos os compromissos futuros de fluxos de caixa são cumpridos, a partir dos fundos gerados pela entidade e também de facilidades disponíveis em instituições financeiras.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos financeiros

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do AC MicroBanco em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

| 2018 | À ordem | Entre 1 a 12 meses | Entre 1 a 3 anos | Superior a 3 anos | Total |
|---|------------------|-----------------------|---------------------|----------------------|------------------|
| Activos financeiros | | | | | - |
| Caixa | 3,224 | - | - | - | 3,224 |
| Disponibilidades em instituições de crédito | 1,413,619 | - | - | - | 1,413,619 |
| Aplicações em outras instituições de crédito | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | - | 4,117,251 | 1,916,275 | - | 6,033,525 |
| Outros activos | 35,945 | - | - | - | 35,945 |
| Total activos | 1,452,788 | 4,117,251 | 1,916,275 | - | 7,486,314 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Recursos de clientes | 64,607 | - | - | - | 64,607 |
| Outros passivos | 1,630,211 | - | - | - | 1,630,211 |
| Empréstimos | - | 1,558,440 | - | - | 1,558,440 |
| Total passivos | 1,694,818 | 1,558,440 | - | - | 3,253,258 |
| GAP de Liquidez | (242,029) | 2,558,810 | 1,916,275 | - | 4,233,056 |

Todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano são esperados que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após o período de relatório.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo optimizando o retorno sobre o risco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O AC Microbanco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O AC MicroBanco assume a exposição aos efeitos de flutuações nos níveis prevalecentes de taxas de juro do mercado, quer para o justo valor e riscos de fluxo de caixa. Geralmente, o juro em adiantamentos e empréstimos a clientes é fixo. O Conselho estabelece limites para o nível de inadequação da alteração da taxa de juro que pode ser realizado, que é monitorado regularmente pela gestão.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito. A tabela abaixo resume a exposição do AC MicroBanco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2018.

| 2018 | Entre 1 a 12 meses | Entre 1 a 3 anos | Superior a 3 anos | Sem juros | Total |
|---|-----------------------|---------------------|----------------------|--------------|-----------|
| Activos financeiros | | | | | |
| Caixa | - | - | - | 3,224 | 3,224 |
| Disponibilidades em instituições de crédito | - | - | - | 1,413,619 | 1,413,619 |
| Aplicações em outras instituições de crédito | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 4,117,251 | 1,916,275 | - | - | 6,033,525 |
| Outros activos | - | - | - | 35,945 | 35,945 |
| Total de activos | 4,117,251 | 1,916,275 | - | 1,452,788 | 7,486,314 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Recursos de clientes | - | - | - | 64,607 | 64,607 |
| Outros passivos | - | - | - | 1,630,211 | 1,630,211 |
| Empréstimos | 1,558,440 | - | - | - | 1,558,440 |
| Total de passivos | 1,558,440 | - | - | 1,694,818 | 3,253,258 |
| Gap de liquidez | 2,558,810 | 1,916,275 | - | (242,029) | 4,233,056 |

| 2017 | À ordem | Entre 1 a 12 meses | Entre 1 a 3 anos | Superior a 3 anos | Total |
|---|---------|-----------------------|---------------------|----------------------|-----------|
| Activos financeiros | | | | | - |
| Caixa | 7,846 | - | - | - | 7,846 |
| Disponibilidades em instituições de crédito | 757,961 | - | - | - | 757,961 |
| Aplicações em outras instituições de crédito | - | 2,163,000 | - | - | 2,163,000 |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | - | 1,841,032 | 541,317 | - | 2,382,349 |
| Outros activos | 178,245 | 140,983 | - | - | 319,228 |
| Total activos | 944,052 | 4,145,015 | 541,317 | - | 5,630,384 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Recursos de clientes | 51,264 | - | - | - | 51,264 |
| Outros passivos | 186,905 | - | - | - | 186,905 |
| Empréstimos | - | - | - | - | - |
| Total passivos | 238,170 | - | - | - | 238,170 |
| GAP de Liquidez | 705,882 | 4,145,015 | 541,317 | - | 5,392,214 |

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 é a seguinte:

| | "Aumento / Diminuição pontos percentuais" | Impacto nos resultados antes de impostos |
|------|--|---|
| 2018 | +75 pb | 33,563 |
| | -75 pb | (33,563) |
| 2017 | +75 pb | 35,147 |
| | -75 pb | (35,147) |

O impacto no capital próprio é o mesmo que na demonstração de resultados.

Risco cambial

O AC MicroBanco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é monitorado regularmente.

À data de relato, todos os activos e passivos financeiros da entidade estavam denominados em Meticais e o AC MicroBanco não tem outros compromissos denominados em moeda estrangeira, sendo a exposição cambial imaterial.

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do AC MicroBanco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O AC MicroBanco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o AC MicroBanco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O AC MicroBanco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do AC MicroBanco é monitorando usando, entre outras medidas os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o AC MicroBanco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo AC MicroBanco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos sócios.

O AC MicroBanco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada Banco ou Microfinança para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 9%.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do AC MicroBanco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| Capital social | 14,247,970 | 14,247,970 |
| Reservas elegíveis e resultados transitados | (8,287,953) | (5,946,059) |
| Activos intangíveis | (929,648) | (1,603,425) |
| Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM | - | - |
| Fundos próprios (Tier I) | 5,030,369 | 6,698,486 |
| Outros | 900 | 1 |
| Fundos próprios complementares (Core Tier II) | 900 | 1 |
| Outros elementos a deduzir | | |
| | 5,031,269 | 6,698,487 |
| Na posição financeira | 7,194,346 | 4,108,878 |
| Fora da posição financeira | - | - |
| Risco operacional e de mercado | 696,887 | 769,412 |
| Total dos activos ponderados | 7,891,233 | 4,878,290 |
| Tier I | 63.75% | 137.31% |
| Tier II | 0.01% | 0.00% |
| Rácio de solvabilidade | 63.76% | 137.31% |
| Rácio de solvabilidade requerido | 9.00% | 8.00% |

27. Acontecimentos após a data de balanço

No dia 14 de Março de 2019, ocorreu um ciclone (IDAI) na região centro de Moçambique, o qual afectou significativamente a cidade da Beira e regiões arredores. O AC MicroBanco não tem nenhuma agência nas zonas afectadas nem clientes com actividades nas mesmas, pelo que não se espera nenhum impacto do efeito do ciclone nas demonstrações financeiras do AC MicroBanco.

Non obstante, até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificam eventos favoráveis ou desfavoráveis para o AC MicroBanco que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

